

## ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA CASA MANOEL TORRES FILHO Gabinete do Vereador José Silva de Souza

## MENSAGEM DE MINUTA

Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Roberto Lourenço dos Santos

Com lastro na Lei Orgânica do Município artigo 39°, no Regimento Interno desta casa legislativa, artigo 79° e 129°, dirijo-me ao douto plenário e aos meus nobres pares para apresentar o projeto de Lei Ordinária n° 027/2023 que INSTITUI A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA COMO TEMA TRANSVERSAL, DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO.

Com os fins relevantes deste, venho aos pares que este projeto seja apreciado pelo plenário desta casa legislativa.



Em: ESTADO DA PARAÍBA

CÂMARA MUNICIPAL DE ALHANDRA

CASA MANOEL TORRES FILHO

Gabinete do Vereador José Silva de Souza 1º Secretário

Câmara Municipal de Alhandra **APROVADO** 

## MINUTA DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 027/2023

INSTITUI A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA COMO TEMA TRANSVERSAL, DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal de Alhandra aprovou e o Prefeito Municipal, sancionou o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica instituído na educação municipal o tema transversal baseado em Educação Midiática.

PÁRAGRAFO ÚNICO. O componente da Educação Midiática, deverá compor aos temais transversais dos anos finais do Ensino Fundamental.

Art. 2º – A presente Lei tem como objetivo:

- I fomentar a filtragem do acesso à internet, a fim de evitar a visualização de conteúdo inadequado;
- II incentivar o comportamento apropriado, responsável e saudável com relação ao uso da tecnologia, incluindo:
- a) alfabetização digital;
- b) ética;
- c) educação midiática;
- d) segurança;

III - educar para a utilização segura de tecnologia e para a promoção da cidadania digital;

IV - estimular os pais e responsáveis a incentivar os alunos ao uso da internet com segurança e

responsabilidade.

V – evitar a disseminação de informações falsas;

Art. 3º - O ensino da "Educação Midiática" contará com as seguintes ações:

I - promoção de atividades, debates, palestras, campanhas e ações educativas, sobre:

a) o uso ético, legal, seguro e responsável da internet;

b) as possibilidades e perigos do ambiente virtual, inclusive das redes sociais e outros meios de

comunicação.

II - capacitação dos Professores sobre a Educação Digital;

III - realização de discussões com os alunos, relacionadas a temas cotidianos do universo on-

line, tais como:

a) crimes de internet;

b) direito de imagem;

c) comércio digital;

d) superexposição nas redes e proteção da privacidade;

e) outros temas pertinentes à matéria.

IV - incentivo ao uso responsável da Internet e das redes sociais;

V - desenvolvimento de habilidades e pensamento crítico, que contribuam para a utilização da

Internet e das redes sociais com segurança e para a detecção de fontes de informação confiáveis;

VI - promoção de eventos de sensibilização sobre o assunto "Cidadania Digital";

VII - promoção de ações para abordagem do tema "Cidadania Digital" no âmbito familiar, fortalecendo a parceria da família com a escola na implementação da temática.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alhandra, 11 de julho de 2023.

José Silva de Souza
VEREADOR

Câmara Municipal de Alhandra

APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO
PROJETO DE LEI N°
PRESIDENTE

"Segretário

"Segr

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, visa transmitir aos discentes o conhecimento necessário para o uso adequado e seguro dos recursos tecnológicos da comunicação digital, a fim de formar cidadãos responsáveis e conscientes dos seus direitos e deveres.

Preparando as crianças e jovens uma formação focada no protagonismo para fazer escolhas conscientes, capaz de interpretar, pesquisar e produzir informações de forma responsável e reflexiva.

Pelo exposto, e considerando a importância desta matéria, apresento a presente proposta legislativa, ao tempo em que rogo pelo apoio dos meus Nobres Colegas para a aprovação da mesma.